

I S B N

NUMERO NORMALIZADO INTERNACIONAL DO LIVRO

Maria Emília Raposo

Bibliotecária da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

RESUMO: *Estudo sumário precedendo a tradução de Principes de L' ISBN (1), onde se apontam as necessidades e vantagens da aplicação do ISBN - International Standard Book Number - sua origem, composição, expansão e necessidade de controlo internacional.*

SUMMARY: *A short study preceding the translation of Principes de L' ISBN (1), where the need and advantage of using the ISBN - International Standard Book Number - are pointed out as well as its origin, composition, increase and requirement of international control.*

(1) *Principes de L' ISBN*. "Bibliographie de la France", Paris, 161 (15) Avril 1972, p.281-292

RAPOSO, Maria Emília, ISBN. Número Normalizado Internacional do Livro

Introdução:

Todos nós ouvimos, naturalmente, falar no ISBN (International Standard Book Number) mas, por um motivo ou outro, nem a todos se proporcionou, porventura, ocasião de se informar sobre o assunto.

Casualmente, chegou-nos às mãos um certo número de elementos sobre este sistema, capazes de, devidamente encadeados, darem uma ideia, embora superficial e limitada, do que se trata.

Pareceu-nos útil não guardar sō para nós as informações colhidas, mas trazê-las a público em proveito de quem, sentindo interesse pela matéria, não tenha tempo ou possibilidades de se documentar.

Procurámos arrumar esses dados de modo a destacar aqueles aspectos que nos pareceram primordiais.

Definição:

De uma maneira muito simples e sumária define-se o ISBN como um sistema de numeração de livros que permite a sua identificação sem o recurso ao nome do autor, ao editor, título ou data da sua publicação.

Numa reunião da ISO/TC 46 realizada em Londres a 26 e 27 de Setembro de 1968, em que se estudou a criação deste sistema, foi aceite a definição básica um pouco mais completa de "número que designa um título ou uma edição de um título (caso haja mais de uma edição) de um determinado editor, sendo esse número exclusivo desse título ou edição. Uma vez atribuído, um número unificado não deve voltar a usar-se mesmo que a obra a que se refere esteja desde há muito esgotada (1).

Necessidade de uma numeração internacional do livro

Tal sistema apareceu devido, sobretudo, a dois factores importantes: o aumento cada vez maior, à escala mundial, da produção literária, por um lado, e a introdução do uso dos computadores, por outro.

Sabemos que as obras se distinguem pelos seus autores, títulos, edições e língua em que estão escritas, dados esses que, na prática, têm a maior importância para todos quantos se interessam por livros, quer se trate de compradores, editores, bibliotecários ou bibliógrafos.

(1) *Sistema internacional de numeración uniforme de los libros (ISBN)*, in: MANGADA SANZ, Alfonso - "Cálculo Editorial. Fundamentos económicos de la edición", Madrid, Paraninfo, 1972, p. 477.

A enorme expansão literária a que nos referimos anteriormente, assim como a complexidade dos problemas editoriais e essencialmente estes, pressionou sobremaneira a procura de um sistema mais conciso do que o usual, que permitisse identificar uma obra. Isto por os dados que a individualizam, serem, hoje em dia, cada vez mais usados e necessários para fins estatísticos dos mais variados tipos, uns de carácter informativo, outros determinados por necessidades de ordem editorial.

Em face da ajuda que os computadores prestam, actualmente, no campo do comércio livreiro, seria muito difícil, ao elaborarem-se certas estatísticas, usar apenas os dados correntes cuja transformação em língua adaptada ao computador não deixaria de ser morosa e dispendiosa.

Na reunião a que fizemos referência, fez-se notar que não foi apenas o uso do computador que motivou a criação dos números unificados mas o auxílio que um sistema desse tipo traria aos editores, bibliotecários e livreiros. A prová-lo está o facto de se usarem números para codificar livros muito antes do aparecimento dos computadores.

Um plano bastante arrojado foi introduzido na Biblioteca do Congresso em 1902 para identificação das fichas impressas referentes aos livros ali catalogados e vendidas a outras bibliotecas. Os pedidos eram feitos a partir da indicação do número da ficha que correspondia a determinado livro, número esse impresso pelo editor no verso da folha de rosto antes do livro ser publicado (1).

Para mostrar a importância atribuída ao sistema basta dizer que a mesma Biblioteca fazia desconto no preço das fichas quando se utilizava o número para fazer a encomenda - (2).

Por outro lado, em Inglaterra, a British National Bibliography usava também, desde 1950, números na troca de informações. Ao contrário do que acontecia na Biblioteca do Congresso esses números não eram impressos nos próprios livros, tendo, portanto, de se procurar a que livros correspondiam os números das fichas antes de se encomendar o livro.

Parece, no entanto, não restarem dúvidas ter sido o uso do computador que levou os editores, distribuidores e livreiros a reconhecer a necessidade de um número unificado universal do livro, embora tenham sido os bibliotecários norte-americanos e ingleses os primeiros a ter a visão da sua utilidade (3).

(1) WELLS, A.J. - *International Standard Book Numbers*. Copenhagen, IFLA, 1969. (International Meeting of Cataloguing Experts, 1969. Working Paper, nº 8).

(2) *Sistema Internacional de numeración uniforme de los libros (ISBN)* - *ob. cit.*, p. 477.

(3) WELLS, A.J. - *Ob. cit.*, p. 1.

Criação do ISBN

A concepção do ISBN fundamenta-se nos trabalhos realizados desde 1965, em Inglaterra, por iniciativa do distribuidor W.H. Smith and Son, Ltd. que precisou de codificar as obras comercializadas no seu País para necessidades de informação. A esta iniciativa juntaram-se a British Publisher Association e a British National Bibliography que apoiaram decididamente o projecto de Smith and Son oficializado em 1967 com a criação da Standard Book Numbering Agency, Ltd. (1).

Numa publicação intitulada *Standard Book Numbering*, 2a. ed., preparada e publicada em 1968 por esta Agência, faz-se uma curta história informativa acerca da origem, em Inglaterra, do número normalizado do livro. Aí se mostra como os vários interesses, tanto no sector comercial livreiro como no campo das bibliotecas, conduziram ao aparecimento do conceito de um número universal ou normalizado que satisfizesse as exigências de ambas as partes.

Os membros da Distribution and Methods Committee da Publishers Association depressa verificaram que, quando os grossistas, livreiros, bibliotecários e editores usassem um número de código para cada obra, o principal seria descobrir um processo de atribuir um número normalizado a qualquer livro ao ser publicado.

Deste modo, poderiam comunicar directamente entre si servindo-se unicamente desse número. O problema estava na maneira de organizar um método à escala nacional de maneira a os editores poderem atribuir rapidamente um número normalizado, de acordo com as exigências do sistema, sem perigo de duplicações ou ambiguidades.

Daí resultou um sistema preparado pelo professor F.G. Foster para uso interno em Inglaterra, mas que, devido à sua simplicidade, sua fácil adaptação tanto ao tratamento automático como ao tratamento manual, depressa foi utilizado pelos editores como base de um sistema internacional de numeração de livros (2).

Depois de vários estudos e projectos efectuados, a partir de 1968, pela Comissão Técnica nº 46 da ISO, esta criou um sistema internacional denominado *International Standard Book Number*, essencialmente conhecido pelo ISBN e cuja adaptação foi altamente recomendada.

Expansão do ISBN

À Grã-Bretanha e Estados Unidos da América do Norte, pioneiros no uso de tal sistema, seguiram-se, em 1969, a Alemanha Federal, a Suíça de expressão alemã e a Áustria, pouco depois acompanhadas pela França, Bélgica e Suíça de expressão francesa. Presentemente são muitos mais os países que deram a sua adesão ou estão em vias de o fazer. Acrescentaremos, entre outros, os nomes da África do Sul, Austrália, Canadá, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Hungria, Índia, Indonésia, Jugoslávia, México, Nigéria, Noruega, Países-Baixos, Polónia e Suécia. A Espanha esperava, em fins de 1974, conseguir que os países da América Latina aderissem também ao

(1) *La numérotation internationale du livre*. "Bibliographie de la France", Paris, 161 (15) Avril 1972, p. 283.

(2) WELLS, A.J. - *Ob. cit.* p. 2.

sistema, usado igualmente para as publicações da ONU e suas agências especializadas (1).

Composição do ISBN

O ISBN comporta sempre 10 algarismos, antecidos pela designação ISBN, divididos em quatro partes, separadas por um espaço ou um traço.

Exemplo:

ISBN 84-219-1234-8

Cada uma dessas partes tem uma função específica bem determinada, assim distribuída:

1a. parte: Indicador de grupo - Assinala o grupo nacional, linguístico, geográfico ou qualquer outro tipo de grupo a que a obra pertence. O seu comprimento varia de grupo para grupo dependendo da produção anual normal do respectivo grupo. Quanto maior for a produção mais baixo será o indicador do grupo.

Assim, aos grupos de expressão francesa e inglesa cuja produção literária é elevada foi atribuído, respectivamente, o número 2 e 0 e 1; à Holanda, Dinamarca e Espanha foram atribuídos indicadores de dois algarismos e a Noruega, com uma produção literária inferior, terá um indicador de grupo de 3 algarismos.

Uma vez atribuído, o indicador de grupo manter-se-á inalterável para toda a produção desse grupo.

2a. parte: Indicador de editor - Identifica o editor, sendo o seu comprimento também variável. Regra geral a importância do editor está na ordem inversa do número de algarismos que o identificam.

Exemplo:

01 - Hachette	200 - Armand Colin
02 - Seuil	230 - Presses Universitaires de France
03 - Larousse	600 - Droz

3a. parte: Indicador de título - Tem a função de identificar determinado livro entre as várias publicações de um editor. A sua extensão é variável dependendo do número de algarismos atribuídos à 1a. e 2a. partes. Quanto maior for o número de algarismos atribuídos aos dois primeiros indicadores, menor será o número de identificação do título.

4a. parte: Algarismo de controlo - Formada de um único algarismo destina-se a verificar, por meio do computador, a validade do ISBN.

Este número obtém-se multiplicando, primeiramente, cada um dos 9 primeiros algarismos que compõem o ISBN, respectivamente por 10, 9, 8, 7, 6, 5, 4, 3 e 2, somando em segui

(1) NEUBAUER, Karl W.; SELBMANN, Sibylle - *L'application de la numérotation normalisée internationale du livre (ISBN) dans les bibliothèques*. "Bulletin de l'Unesco à l'intention des bibliothèques", Paris, 28 (3) Mai - Juin 1974, p. 133.

da o resultado das nove operações e dividindo o total por 11. O algarismo de "controlo" é aquele que acrescentado ao resto perfizer 11.

Para verificar a exactidão do ISBN soma-se ao total das nove multiplicações o número de "controlo" e divide-se o valor resultante por 11. Se não houver resto o ISBN está correcto (1).

O ISBN será impresso no verso da folha de rosto, ou não sendo possível aí, na parte inferior da própria folha de rosto. Deve aparecer também, sendo possível, na parte inferior da última página da capa e, havendo uma sobrecapa, o ISBN será igualmente impresso na última página desta.

"Controlo" internacional do ISBN

Numa das reuniões da ISO foi proposta a criação de uma Agência internacional que permitisse uma melhor planificação do uso do sistema a nível internacional. A essa Agência competiria essencialmente:

- 1 - Definir os grupos
- 2 - Atribuir os identificadores de grupo
- 3 - Aconselhar os grupos na instalação e funcionamento das respectivas agências
- 4 - Aconselhar estas agências na atribuição dos identificadores de editores
- 5 - Promover o uso generalizado do sistema a nível mundial (2).

Para além de uma agência internacional localizada em Berlim, à data da sua criação, anexa à "Staatsbibliothek Preussischer Kulturbesetz", criaram-se já algumas agências de grupo como a Standard Book Number Agency no Reino Unido, a Büchlerndervereinigung e a Börsenverein para a República Federal da Alemanha, Áustria e Suíça Alemã e a Agence Francophone pour la Numérotation Internationale du Livre (AFNIL) para a França e países de expressão francesa, tais como a Bélgica e a Suíça de expressão francesa.

Esta última agência, sociedade sem fins lucrativos, tem, por exemplo, a responsabilidade de atribuir e "controlar" os números ISBN na sua região linguística, estando aberta a toda a pessoa moral de direito privado ou de direito público representando um organismo encarregado do depósito legal ou um grupo de editores representativo dum país parcialmente de língua francesa (3).

A primeira tarefa do grupo de expressão francesa que preparou a criação desta Agência em conexão com as instâncias internacionais competentes, (em especial com a Comissão Técnica nº 46 da ISO) foi a redacção de um regulamento que desse as orientações básicas para que a atribuição do ISBN fosse feita segundo os mesmos critérios por todos os editores.

(1) *La numérotation internationale du livre* - ob. cit. p. 283.

(2) WELLS, A.J. - *Ob. cit.*, p. 5.

(3) *La numérotation internationale du livre*, - ob. cit. p. 282.

RAPOSO, Maria Emília - ISBN. Número Normalizado Internacional do Livro

Este regulamento, cuja tradução daremos em apêndice, foi elaborado principalmente à luz dos princípios seguidos pelas agências inglesa, americana e alemã. O seu principal interesse está no facto de ter sido redigido e adoptado conjuntamente pelos editores e bibliotecários tendo havido uma forte cooperação demonstrativa do desejo de compreensão entre as duas profissões (1).

Em Espanha, o Instituto Nacional do Livro Espanhol (I.N.L.E.), em circular emitida em 22 de Junho de 1972, comunicou que o uso do ISBN seria obrigatório neste país a partir de Janeiro de 1973, funcionando este Instituto como a Agência responsável pela atribuição do ISBN em território espanhol. Ao mesmo tempo dava as orientações necessárias para a sua aplicação.

O sistema de atribuição do ISBN será pois hierárquico a 3 níveis: no primeiro nível, o editor atribuirá os seus próprios números a cada obra por ele editada; no 2º nível, a Agência do grupo atribuirá os indicadores de editor aos editores membros do seu grupo; finalmente no 3º nível, a Agência Internacional encarregar-se-á de atribuir os indicadores de grupo (2).

Aplicação do ISBN(3)

O sistema ainda não abrange toda a produção mundial; no entanto, um inquérito levado a efeito em 1974 entre 16 países mostrou que a maior parte das publicações editadas nessa altura, nos países onde o sistema já tinha sido introduzido, traziam já o ISBN (4).

Existiam, então, as melhores perspectivas para o seu uso generalizado, o que provavelmente já aconteceu, como deve, também, ter aumentado, consideravelmente, o número de países que aderiram ao sistema.

As casas editoras não tiveram a menor dificuldade em aderir ao ISBN pelas vantagens que logo lhe encontraram para uma mais perfeita racionalização dos seus trabalhos: execução de encomendas e sua contabilidade, recuperação de obras e outras transacções comerciais livres. Em Inglaterra, por exemplo, todos os editores incluem o ISBN nos seus folhetos de propaganda, anúncios e catálogos. Não podemos esquecer que foi em função deles que o sistema foi criado.

(1) HONORÉ, Suzanne - *L'Agence Francophone pour la numérotation internationale du livre*. "Bulletin des Bibliothèques de France", Paris, 3 (18) Mars 1973, p. 89.

(2) *Sistema internacional de numeracion uniforme de los libros (ISBN)* - *Ob. cit.*, p. 481, 486.

(3) Parte do trabalho fundamentalmente baseada no artigo de NEUBAUER, Karl e Selbmann, S. - *Ob. cit.*, p. 134 - 139.

(4) A título informativo referimos que, à data, no Reino Unido era quase de 100% a percentagem para os livros novos e 95% para os antigos; em Espanha a percentagem era a mesma para as novas publicações e de 90% para as antigas; no Canadá a proporção era, respectivamente, de 80% e 60%.

No tocante às bibliotecas, notou-se uma certa reserva e hesitação no seu emprego. Bibliotecas houve, entre elas as dinamarquesas, que não estavam muito dispostas a utilizá-lo, por lhe encontrarem vantagens de carácter puramente comercial. A sua aplicação não é, de facto, a mesma no sector biblioteconómico e no sector comercial. O utente de uma biblioteca interessa-se essencialmente pelo conteúdo de uma obra independentemente do formato físico sobre que esse conteúdo lhe possa aparecer. Segundo os princípios do ISBN, a um mesmo texto podem ser atribuídos vários ISBN. Cada nova edição ou reimpressão desse texto, cada novo tipo de encadernação ou formato, cada nova série ou tradução obriga à atribuição de um novo ISBN. Se uma biblioteca não tem um determinado número ISBN, isso não significa que não tenha o texto a que esse ISBN corresponde mas numa outra edição, num outro formato ou numa outra encadernação, quer dizer, com um outro ISBN, ou sem qualquer ISBN para as edições mais antigas ainda não abrangidas pelo sistema (1).

Segundo Neubauer e S. Selbmann, a sua maior ou menor utilização nas bibliotecas, quer seja pelos meios tradicionais ou pelo tratamento electrónico, dependerá em grande parte, do modo como se conseguirem ajustar os vários números ISBN com o título a que eles correspondem.

Para superar essas dificuldades, os princípios gerais do ISBN obrigam a que em todas as edições de uma obra se dêem todos os ISBN que existam para esse texto à data da sua publicação. Esta regra aplica-se tanto a traduções como a novas edições ou reimpressões a diferentes tipos de encadernação, a edições simultâneas, etc..

Por outro lado, as próprias bibliografias nacionais procuram, também, estabelecer uma ligação entre uma obra e os ISBN que dela possam existir. Assim a *Deutsche Bibliographie* inclui todos os números ISBN suplementares que possa haver para os diferentes tipos de encadernação de uma obra, bem como, no caso de existirem vários volumes, os ISBN referentes à obra no seu conjunto; todos estes números são reagrupados numa lista. A *British National Bibliography (BNB)* utiliza mesmo o ISBN como número de referência no seu catálogo automatizado, tendo elaborado, para o efeito, regras especiais.

Reconhecendo haver sempre alguns números que, apesar de tudo, escaparão ao "controlo" dos bibliotecários, os mesmos autores afirmam que o progresso do uso dos computadores obriga, necessariamente, à utilização de referências numéricas não apenas no comércio do livro, mas, como já referimos anteriormente, nas bibliotecas, simplificando a procura de informações armazenadas nos computadores e permitindo, também, a rápida efectivação das tarefas administrativas e de organização que competem às bibliotecas.

De acordo com os autores citados, o sistema ISBN poderia ser usado nas bibliotecas tradicionais, na procura de referências, sem que para isso fosse preciso modificar os catálogos ou índices habituais. O número ISBN apareceria, nas fichas ou nas listas de aquisições apenas como um dado suplementar. Não havendo índices ou listas ordenadas pelos números

(1) VESEMAEL, A.-L. van - *Le numéro normalisé international du livre - (ISBN) - et son usage dans les bibliothèques*. "Bulletin d'information. Association des Bibliothèques Française", Paris (70) 1^e trimestre 1971, p.12

ISBN estes não serviriam como único elemento para se encontrar qualquer título, mas, ao encomendar-se determinado livro, bastaria indicar o seu ISBN e as primeiras palavras chave (autor e título abreviado) que serviriam para encontrar um título no catálogo alfabético. O editor ou livreiro executaria a encomenda usando, unicamente, o ISBN indicado pela biblioteca; esta, embora precisasse de um índice alfabético para encontrar o livro, utilizaria o número ISBN para fazer o pedido, verificar a factura e proceder ao seu pagamento uma vez que, para tais operações, não é preciso conhecer o título, o autor ou a edição. Daí adviriam, talvez, vantagens para uma maior racionalização dos seus serviços de encomendas e respectiva contabilidade.

Dado que a maior parte dos livros, ultimamente editados, trazem já o ISBN, os serviços de compras deveriam utilizar esse número para organizarem as listas de pedidos desses mesmos livros.

Interessaria, também, pela mesma razão, que as próprias bibliotecas comessem a organizar catálogos ou índices segundo o ISBN que permitiriam localizar uma obra recorrendo a esse número, dispensando, portanto, os elementos tradicionais (autor, título, etc.). Para isso seria necessário estabelecer uma ligação ou correspondência não apenas entre os ISBN e o catálogo alfabético mas também entre aqueles e as próprias cotas.

Catálogos puramente numéricos, ordenados segundo o ISBN, têm a vantagem, segundo os mesmos autores, de serem de fácil manuseio e independentes de regras de catalogação. Daí poder, a sua gestão, ser confiada a pessoal semi qualificado.

Ákos Domanuszky(1) em comunicação apresentada na Conferência da IFLA, em Budapeste, em 1972, considera o ISBN como uma valiosa inovação, novo e poderoso instrumento de trabalho, tanto na catalogação descritiva como, e principalmente, em listagem de livros. Considera-o uma notável maneira de distinguir e identificar os livros, sem quaisquer incertezas ou indefinições. Ao prever uma rápida adaptação do sistema nas bibliotecas húngaras, indicava como uma das suas possíveis utilizações a função de cota.

Importante papel é também atribuído ao ISBN num sistema de empréstimo entre bibliotecas, tanto a nível nacional como internacional.

Quando, num futuro mais ou menos próximo, todos ou a maior parte dos livros trouxerem o ISBN, este poderá servir como o único elemento para localizar uma obra numa biblioteca ou pedi-la para empréstimo. Catálogos ou listas ordenadas pelo ISBN permitiriam uma resposta mais rápida a esses pedidos, ao mesmo tempo que ajudariam a ultrapassar os obstáculos resultantes das diferenças regionais, nacionais ou internacionais que poderão existir entre regras de catalogação.

Nas bibliotecas automatizadas, o ISBN pode servir para identificar e acompanhar qualquer livro em todas as suas operações na biblioteca. Daí ser necessário assinalar os ISBN de todas as edições da mesma obra ou, pelo menos, remeter para todos os ISBN correspondentes a outras edições.

(1) DOMANUSZKY, Ákos - *Prospects of an adoption of the ISBN in Hungary*. Budapeste, IFLA, 1972. (IFLA General Council Meeting, 1972).

Desde que todos os dados relativos a uma obra estejam em memória, será possível recuperar essa obra a partir de qualquer dos elementos desse conjunto de dados, seja qual for a sua combinação. Portanto, nas bibliotecas automatizadas, o ISBN pode servir de elemento de referência para tarefas de verificação, de contabilidade, de busca, de empréstimo ou de qualquer outro tipo.

Esse mesmo número poderá, também, servir como única referência considerada necessária para encontrar um título num catálogo colectivo, desde que as obras estejam ordenadas por esses números.

O catálogo colectivo automatizado das bibliotecas de Londres e do Sudoeste de Inglaterra, conhecido pelo sistema *LASER* (*London and South Eastern Library Region*) usa, desde 1970, o ISBN como único elemento identificativo das publicações anglo-americanas editadas a partir desse ano e existentes nas 85 bibliotecas que ele abrange.

O seu principal objectivo está na identificação, simples, rápida e económica de um livro, ao mesmo tempo que se indicam as bibliotecas onde encontrar exemplares iguais. Escolheu-se um processo em que as entradas convencionais de catálogo autor-título, tradicionalmente usadas, foram substituídas por elementos numéricos.

Posteriormente, face ao sucesso do sistema ISBN entre editores ingleses e americanos, as bibliotecas passaram a usar o ISBN para notificarem a *LASER* e a *British National Bibliography* (*BNB*) dos seus fundos, desde que se tratasse de publicações em língua inglesa.

Os dados saídos do computador vêm ordenados pelo ISBN, cada um deles seguido de uma série de números que codificam as bibliotecas possuidoras de exemplares iguais.

A lista que, ordenada pelo computador inclui 240 siglas de bibliotecas, ao ser impressa para distribuição (cada 8 semanas), só assinala 20 porque, na prática, se considera este número suficiente.

O ISBN não tem, portanto, qualquer significado bibliográfico, sendo apenas um número que identifica um livro muito concreto. Daí os introdutores do sistema, no catálogo colectivo *LASER*, acharem que, na prática, as vantagens desta catalogação simplificada prevalecem sobre quaisquer desvantagens, sendo mais fácil resolver as dúvidas que possam surgir. A manutenção e actualização do catálogo torna-se, assim, mais rápida e eficiente. Devido à sua apresentação, o catálogo impresso segundo o ISBN passou a ser um documento portátil, de fácil reprodução e manuseamento, podendo, assim, ser distribuído pelas bibliotecas da região que poderão proceder à troca directa das suas publicações sem recorrer à sede da *LASER*. Daí resulta a consequente descentralização dos serviços de empréstimo (1).

Na África do Sul o catálogo colectivo nacional de monografias -S.A. UNICAT-que abrange 175 bibliotecas e movimenta 2 milhões de fichas, também é baseado no ISBN. As suas microfichas incluem apenas os ISBN e os números de código que identificam as bibliotecas possuidoras das obras. Esses ISBN correspondem ao número específico atribuído à edição em causa e a todos os outros ISBN que foram já atribuídos àquela obra. A anotação de todos os ISBN na microficha

(1) PLAISTER, Jean - *International Standard Book Numbers: application. I. The LASER system: interlending by ISBN*. "International Cataloguing", London, 2 (2) April - June, 1973, p. 4.

justifica-se pelo facto das bibliotecas, normalmente, não procurarem uma determinada edição mas sim o conteúdo de uma certa obra.

Este catálogo aparece, regularmente, quatro vezes por ano, num formato cumulativo (1).

Além destas aplicações concretas, outras foram já postas em execução. Assim, na Finlândia, o ISBN é usado como referência suplementar nas encomendas de livros. Na Suécia, aparece nas fichas impressas centralmente, ao mesmo tempo que é um dos elementos de referência utilizados no sistema sueco de tratamento de dados bibliográficos, o *LIBRIS*. Na Austrália serve de referência para os pedidos de ficha dirigidos aos *National Library Card Services*.

Nas bibliotecas automatizadas o progresso tem sido mais rápido, sobretudo nas bibliotecas inglesas.

Além das aplicações atrás citadas, a Universidade de Bochum serve-se dos ISBN que aparecem nas listas impressas da *British National Bibliography* para encontrar nas bandas magnéticas MARC dessa mesma bibliografia os títulos ingleses de que ela necessita para as suas operações de encomendas de livros e tratamento destes. O sistema ISBN está a interessar igualmente outras bibliotecas alemãs como a Deutsche Bibliothek de Francfort e ainda as bibliotecas de Ratisbona e Bielefeld. A Biblioteca do Congresso estudava, em 1974, a possibilidade de substituir, nas suas fichas impressas, as cotas da própria biblioteca pelos ISBN que passariam a servir de elemento de referência nos pedidos de fichas que lhe são dirigidos.

Muitas e vantajosas parecem poder ser as aplicações do sistema ISBN, tanto a nível nacional como internacional, desde que toda a produção literária monográfica traga o ISBN.

Quando acontecerá isso com os livros portugueses? Agora que a ISBD (M) inclui a zona própria do ISBN não seria de, nacionalmente, editores, livreiros e bibliotecários se debruçarem conjuntamente sobre o assunto, criando-se as estruturas necessárias para que tal sistema seja, também, aplicado entre nós?

(1) ASCHENBORN, H. J. - *International Standard Book Numbers: applications*. "S.A. UNICAT: Summary of Dr. H.J. Aschenborn's report on the new union catalogue of monographs in South African libraries". "International Cataloguing", London, 2 (2) April - June 1973, p. 5.

I. PRINCÍPIOS DO ISBN

2. O ISBN é um número formado por 10 algarismos divididos em 4 segmentos, cada um deles com uma função específica de identificação que comporta um número variável de algarismos.

3. A. Significação dos segmentos

- 1) O primeiro segmento destina-se a identificar o grupo nacional, linguístico, geográfico ou de qualquer outro tipo, onde o livro foi publicado;
- 2) O segundo identifica o seu editor;
- 3) O terceiro identifica o livro entre outros publicados pelo mesmo editor;
- 4) O quarto segmento é um algarismo de controlo que permite verificar, automaticamente, por meio de computador, a exactidão do valor e da ordem dos algarismos que formam o ISBN.

4. B. Composição dos segmentos

O princípio consiste em dar a um grupo nacional, linguístico ou geográfico e, a um editor, um número de identificação composto por um número de algarismos inversamente proporcional à importância da sua produção. Assim, no ISBN, o grupo francófono é identificado pelo algarismo 2 no começo do número, em razão da importância da sua produção. Em compensação a Dinamarca é identificada pelo número 87. Do mesmo modo um editor com uma vasta produção literária receberá um número de identificação de 2 algarismos. No caso de um país como a França um editor terá 6 números disponíveis para numerar os livros da sua produção, o que permitirá um milhão de ISBN para esse editor.

Para distinguir entre si os quatro segmentos de um ISBN, separa-se cada um por um traço. Teremos assim: 0-949999-01-6 . Para dar ao computador apenas 10 caracteres, conservando a vantagem de assinalar automaticamente o corte em segmentos, foi decidido reterem-se apenas determinadas séries de algarismos no primeiro e no segundo segmento de acordo com a divisão indicada a seguir:

5. 1) O segmento do grupo pode ter de 1 a 5 algarismos. Apenas são possíveis os números compreendidos nos respectivos intervalos:

0-7	1 algarismo	8 números de identificação
80-94	2 algarismos	15 números de identificação
950-993	3 algarismos	44 números de identificação
9940-9989	4 algarismos	50 números de identificação
99900-99999	5 algarismos	100 números de identificação

Isto permite 217 números de identificação de grupos nacionais, linguísticos, geográficos ou de qualquer outro tipo.

6. 2) *O segmento do editor* pode ter de 2 a 7 algarismos. Apenas são possíveis os números compreendidos nos intervalos que se seguem:

00-19	2 algarismos	20 números de identificação
200-699	3 algarismos	500 números de identificação
7000-8499	4 algarismos	1000 números de identificação
85000-89999	5 algarismos	5000 números de identificação
900000-949999	6 algarismos	50000 números de identificação
9500000-9999999	7 algarismos	500000 números de identificação

Isto permite 557020 números de identificação de editores de um país ou de um grupo de países.

Segundo o número de algarismos que compõem o segmento de um editor de língua francesa, assim varia o número de títulos de que ele dispõe de acordo com a seguinte tabela:

2 algarismos	1.000.000	ISBN de	000000 a	999999
3 algarismos	100.000	ISBN de	00000 a	99999
4 algarismos	10.000	ISBN de	0000 a	9999
5 algarismos	1.000	ISBN de	000 a	999
6 algarismos	100	ISBN de	00 a	99
7 algarismos	10	ISBN de	0 a	9

II - ATRIBUIÇÃO DOS DIFERENTES NÚMEROS DE IDENTIFICAÇÃO

7. A. *Significado do primeiro segmento*

Compete à Agência Internacional do ISBN atribuir o número de identificação do grupo nacional, linguístico ou geográfico. O grupo de língua francesa recebeu o número 2

8. B. *Significado do segundo segmento*

Compete à Agência Francófona para a Numeração Internacional do Livro a responsabilidade de atribuir aos editores o número que os identifica no ISBN.

Esta Agência considera como *editor*: qualquer pessoa, companhia, sociedade, associação, grupo ou organismo de qualquer outra natureza que publique e edite um livro para venda ou a título gratuito.

Ao pedir o seu número de editor, este dará a conhecer o número de obras que possui no seu catálogo e o número de obras que publicou no ano anterior ao seu pedido. Estas informações permitirão à Agência atribuir-lhe um número de modo a que o terceiro segmento fique com um número de algarismos suficiente para numerar toda a produção passada, presente ou futura de cada editor.

9. C. *Significado do terceiro segmento*

O editor escolhe na lista dos seus números disponíveis aquele que identificará, de futuro, o livro que vai publicar. Para atribuir esse número seguirá as regras apresentadas nos parágrafos 11 a 20, sobretudo no que respeita à definição de livros susceptíveis de levarem um ISBN. A Agência fica com o direito de "controlar" essas atribuições de pe-

dir, eventualmente, uma mudança de número no caso de se considerar errado aquele que foi atribuído pelo editor. Sõ o número designado pela Agência vale como ISBN.

10. D. *Significado do quarto segmento*

O algarismo de "controlo" é calculado de tal modo que, se se multiplicar cada um dos 9 primeiros algarismos respectivamente por 10, 9, 8, 7, 6, 5, 4, 3 e 2, juntando-lhe o resultado das nove operações e ainda o valor do algarismo de "controlo", o resultado definitivo será rigorosamente divisível por 11. Para simplificar o trabalho do editor a Agência pode fornecer, contra pagamento, a lista de todos os possíveis ISBN de um editor, compreendendo o algarismo de "controlo".

III - REGRAS PARA A ATRIBUIÇÃO DE UM ISBN

11. A. *Princípio fundamental*

O princípio fundamental em que assenta o sistema do ISBN é o seguinte: "O ISBN identifica um livro de determinada edição. Uma vez atribuído, esse ISBN não deve voltar a ser usado mesmo que o título a que foi inicialmente atribuído esteja há muito esgotado.

12. B. *Definição de livro*

A Agência Francófona considera como livro toda a publicação não periódica, impressa, contando pelo menos 5 páginas, que seja objecto do depósito legal.

13. Não se consideram livros as seguintes publicações:

1) Publicações editadas com fins publicitários, desde que não se verifique o predomínio do texto literário ou científico e sejam distribuídas gratuitamente:

- Catálogos, prospectos e outras publicações de propaganda comercial, industrial ou turística;
- Publicações que tratem da actividade ou da evolução técnica dum ramo de indústria ou de comércio em que se chame a atenção para os produtos ou serviços fornecidos pelo editor.

2) Publicações pertencentes às categorias que se seguem desde que sejam consideradas de carácter transitório:

- Horários, tabelas de preços, listas telefónicas, etc.;
- Programas de ensino, de espectáculo, de exposições;
- Estatutos e balanços de sociedades, directrizes de empresas, circulares, etc.;
- Calendários, almanaques, etc..

3) Publicações pertencentes às categorias que se seguem e cujo conteúdo principal não é o texto:

- Obras musicais (partituras, cadernos de música) desde que a notação musical seja mais

importante do que o texto;

- Produção cartográfica excepto os atlas: por exemplo cartas de astronomia, mapas geográficos e hidrográficos, planos topográficos;
- Reproduções de arte isoladas ou reunidas sem capa e sem texto.

14. A Agência Francófona considera como livro todos os volumes duma publicação composta de vários tomos. Neste caso, a publicação completa recebe um ISBN e cada tomo que a compõe recebe um ISBN diferente.
15. A mesma Agência considera como livros diferentes, cada apresentação de um mesmo título que justifique condições de venda não idênticas; assim, o mesmo título, vendido brochado, encadernado a pano ou a papel, terá 3 ISBN diferentes.
16. Mantém como definição de edição aquela que é aceite pelo uso corrente: "Uma edição comporta todas as reimpressões que não apresentem modificações notáveis do texto ou das ilustrações.
Uma segunda, terceira ou nova edição, é uma edição que comporta modificações do texto ou das ilustrações tão importantes que fazem dela um livro novo embora com o mesmo título".
Consequentemente:
17. a) Considera como livros diferentes as várias edições de um mesmo título;
18. b) Considera como um mesmo livro as reimpressões puras e simples sem outras modificações que as pequenas correcções que não alteram a sua apresentação, mesmo que as datas ou o seu preço de venda seja diferente. Toda a reimpressão que comporta uma mudança de apresentação, tal como formato, caracteres, encadernação, ilustrações, quer seja feita pelo mesmo editor, quer por outro, é considerada como um livro novo (edição derivada).
19. A Agência Francófona considera como livros:
 - os números separados de publicações em série, que aparecem uma vez por ano, ou com menor frequência, duma forma mais ou menos regular, durante um lapso de tempo não limitado, tais como anais, anuários, relatórios anuais;
 - as obras completas que aparecem em fascículos com ou sem periodicidade;
 - as separatas desde que tenham um título, paginação própria e que sejam postas à venda isoladamente;
 - as publicações em folhetos avulso desde que apareçam sob um único título e os folhetos intercalares tenham o mesmo título.
20. C. *Livros publicados por vários editores*

A atribuição do ISBN a um livro editado simultaneamente por vários editores, pertençam ou não ao mesmo grupo, será feita de acordo com o conteúdo da folha de rosto:

- se na folha de rosto vier mencionado um único editor, será ele a dar o ISBN;
- se, pelo contrário, a folha de rosto mencionar vários editores, cada um deles poderá dar um ISBN ao livro.

IV - ATRIBUIÇÕES RETROSPECTIVAS

21. Cada editor tem a reponsabilidade de numerar todos os títulos do seu catálogo servindo -se dos algarismos disponíveis da sua classe.
A Agência Francófona deverá registar os ISBN atribuídos.

V - INDICAÇÃO DO ISBN NOS LIVROS E NOS CATÁLOGOS

22. A. *Indicação do ISBN nos livros*

O ISBN deve fazer parte integrante de cada novo livro ou de cada nova edição. Deve aparecer sempre no verso da folha de rosto, assim como na parte inferior da última página da capa (isto aplica-se particularmente aos livros brochados) e na parte inferior da última página da sobrecapa se aí houver espaço para tal.

23. No caso de fascículos de obras completas (parágrafo 19) e de actualizações de publicações em folhetos avulso (parágrafo 19) o ISBN deve figurar também em cada fascículo ou em cada cinta que envolve esses folhetos.

24. O corpo dos caracteres do ISBN não deve ser inferior a nove pontos. Os segmentos devem ser separados uns dos outros por um traço. O ISBN deve ser sempre precedido da designação ISBN.

Cada livro deve ter apenas um ISBN. Porém:

25. 1) Quando um mesmo título aparece simultaneamente sob diversas formas, sendo, portanto, cada uma delas objecto de um ISBN próprio (ver parágrafo 15) imprimem-se os diferentes ISBN seguidos de uma informação justificativa da atribuição dos vários ISBN.

Exemplo: ISBN 2-01-521188-8 brochado
ISBN 2-01-521189-6 encadernado

26. 2) Quando um livro aparece em vários volumes, atribui-se um ISBN à obra toda e um ISBN diferente a cada um dos volumes da obra (ver parágrafo 14). Assim, cada volume inclui antes do seu próprio ISBN, o ISBN da edição completa, cada um deles acompanhado da necessária explicação.

Exemplo: ISBN 2-601-00021-X (ed. completa)

ISBN 2-601-00022-8 (vol. 1)

27. Quando um livro é publicado por vários editores recebendo, por isso, vários ISBN (ver parágrafo 20) imprimem-se todos os ISBN seguidos da indicação do respectivo editor.

Exemplo: ISBN 2-222-00001-7 Larousse

ISBN 2-227-00003-1 Nathan

28. 4) Quando aparece uma nova edição de um livro, menciona-se o ISBN da edição ou das edições anteriores, indicando-se depois de cada ISBN de que edição se trata. Se a edição precedente teve diversas apresentações, portanto vários ISBN, incluem-se todos eles, entre parênteses, acompanhados da necessária informação.

Exemplo: ISBN 2-89311-029-0 2a. ed. revista e corrigida

(ISBN 2-89311-007-X 1a. ed. brochada)

(ISBN 2-89311-008-X 1a. ed. encadernada)

29. 5) Quando um título é objecto, por parte do mesmo editor, de uma edição derivada, quer dizer de uma apresentação diferente (por exemplo: um livro de bolso, livro de luxo, etc...) recebendo, portanto, um novo ISBN, menciona-se o ISBN da primeira edição publicada, da seguinte forma:

ISBN 2-01-007890-X

(ISBN 2-01-007654-0 1a. publicação)

30. 6) Quando um livro é também objecto de uma edição derivada, quer dizer, publicado sem modificação de texto ou de ilustrações, por um segundo, terceiro... editor, com autorização do primeiro, e caso a obra não tenha caído no domínio público, o ISBN do primeiro editor é indicado da seguinte maneira:

ISBN 2-666-00123-7

(publicado anteriormente pelas edições X:

ISBN 2-8420-0091-9)

31. 7) Quando se trata de uma reimpressão (reprodução fotomecânica) indica-se o ISBN da obra reproduzida, no caso de o ter, do seguinte modo:

- *reimpressão* feita pelo editor proprietário dos direitos:

ISBN 2-650-00152-6

(obra reproduzida:

ISBN 2-650-00001-5)

- *reimpressão* da responsabilidade de um terceiro:

ISBN 2-649-00117-8

(obra reproduzida:

ISBN 2-7847-4321-7 Edições XX)

32. 8) Quando se trata de uma tradução, assinala-se o ISBN do livro que serviu de base à tradução:
ISBN 2-611-00112-X
(edição original:
ISBN 0-571-09899-3 editor AB, Nova Iorque)
33. 9) Quando se trata de edições paralelas, quer dizer, edições representando diferentes versões linguísticas do mesmo texto - como por exemplo, as publicações de organismos internacionais - indicam-se os ISBN de todas as edições paralelas:
ISBN 2-7770-1234-2
(ISBN 0-571-07350-6 edição inglesa)
(ISBN 90-70002-34-5 edição holandesa)
34. B. *Publicação dos ISBN*
Os ISBN devem aparecer na publicidade dos editores, nos seus catálogos, nas bibliografias comerciais e nacionais, nas listas de livros assim como em tudo o que contenha informações sobre livros (prospectos, brochuras... etc.).
35. Quanto à publicidade, convém indicar o ISBN imediatamente depois ou imediatamente abaixo do reclame do livro. Os 10 algarismos do ISBN devem ser precedidos da designação ISBN.
36. Nos catálogos e bibliografias convém indicar o ISBN imediatamente depois ou imediatamente abaixo da referência do livro. Os 10 algarismos do ISBN também devem ser precedidos da designação ISBN.
37. Os catálogos dos editores podem ter, além dos habituais índices, um índice dos ISBN, por ordem numérica, com a indicação dos livros a que pertencem.
38. Se os preços dos livros são dados numa das listas atrás citadas, convém indicá-los depois do ISBN correspondente, da seguinte forma:
ISBN 2-01-123456-5 encadernado: FF 45
ISBN 2-01-123457-3 brochado: FF 25
ISBN 2-211-34787-8: FB 150
ISBN 2-7847-2831-X: FS 23

VI - REGISTO DOS ISBN POR EDITORES

39. Cada editor terá, em seu poder, o registo dos ISBN que ele atribui. Este registo poderá ser a lista dos números ISBN vendida pela Agência Francófona acrescidas das seguintes informações:
- Autor, título, data em que foi posto à venda, data do depósito legal.
- Este registo pode servir de registo de depósito legal no caso de os números serem utilizados em sequência.

VII - FUNÇÕES DA AGÊNCIA FRANCÓFONA

40. A. *Atribuição dos indicativos de editor*
- A Agência Francófona está encarregada de atribuir o número de identificação aos editores do seu grupo. Esse número será escolhido de modo a permitir que o editor numere toda a sua produção passada, presente e futura. Este tem, portanto, de fornecer à Agência todas as informações necessárias à efectivação desta função.
41. A Agência Francófona proporá a atribuição de um número de identificação, aos editores ocasionais, isto é, a toda a pessoa física ou moral que tenha publicado um livro, desde que a Agência tenha conhecimento do seu aparecimento.
42. B. *Atribuição dos ISBN*
- A Agência Francófona atribuirá os ISBN àquelas publicações que, embora tendo um número de identificação de editor, este não lhe foi atribuído por negligência dos próprios editores.
43. A Agência Francófona tem a responsabilidade de manter em dia um duplo ficheiro de editores:
- o primeiro, ordenado alfabeticamente por todas as designações que identifiquem os editores. Sob a designação principal figurarão o número de identificação do editor, a sua direcção e possíveis alterações com a indicação da data em que se deram.
 - o segundo ficheiro, ordenado numericamente pelos prefixos atribuídos, incluirá apenas a principal denominação do editor.
44. D. A Agência Francófona manterá em dia um ficheiro de todos os ISBN já atribuídos, ordenado numericamente pelos ISBN, com as informações bibliográficas necessárias e suficientes para a identificação do livro.
45. E. *"Controlo" dos ISBN*

A Agência Francófona "controlará" os novos ISBN atribuídos. Cada um deles deve ter um número de "controlo" válido, ser atribuído de acordo com os princípios do ISBN e nunca ter sido utilizado.

Ao dar por um erro, na atribuição do ISBN, a Agência indicará ao editor a correcção a fazer.

46. F. *Publicação dos ISBN sem validade*

A lista dos ISBN sem validade será publicada, regularmente, nos instrumentos bibliográficos apropriados.

47. G. *Promoção do ISBN*

A Agência Francófona servir-se-á de todos os meios úteis para encorajar os editores a divulgarem o uso do ISBN. Fornecer-lhes-á todas as informações necesssárias para que desempenhem as novas responsabilidades nas melhores condições.